

Guaraciaba  
Transmissora de  
Energia (TP Sul) S.A.

**Demonstrações contábeis  
regulatórias em 31 de dezembro  
de 2019 e 2018**

# Conteúdo

|                                                                                            |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Relatório da Administração</b>                                                          | <b>3</b>  |
| <b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b> | <b>7</b>  |
| <b>Balço patrimonial regulatório</b>                                                       | <b>10</b> |
| <b>Demonstrações do resultado regulatório</b>                                              | <b>11</b> |
| <b>Demonstrações do resultado regulatório abrangente</b>                                   | <b>12</b> |
| <b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>                                    | <b>13</b> |
| <b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>                                                   | <b>14</b> |
| <b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>                          | <b>15</b> |

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos a seguir o Relatório da Administração, com as principais informações relativas ao exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas e elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, os pronunciamentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. para a sociedade, parceiros, investidores e clientes.

## EXERCÍCIO 2019

### 1. Perfil da Companhia

A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 12º andar, Centro do Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem como objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia. A Companhia sagrou-se vencedora do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012, cujo Contrato de Concessão nº 013/2012 foi assinado em 10/05/2012. O Lote B formado pela subestação Marimbondó II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondó II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondó - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondó II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. A RAP ajustada para o ciclo de 2019/2020 é de aproximadamente R\$ 97 milhões.

### 2. Gestão

A atuação da Administração tem enfoque na busca por eficiência nas operações, na segurança de todos os envolvidos, na responsabilidade social, na maximização da rentabilidade das acionistas e em sustentabilidade econômica.

### 3. Governança Corporativa

A Companhia tem como órgãos de administração a Diretoria e o Conselho de Administração, sendo este o órgão máximo de Governança o Conselho de Administração, apoiado, no que lhe refere, pelo Conselho Fiscal. Em 2019 foi contratada consultoria especializada para levantamento de riscos no nível corporativo, cujo objetivo é a estruturação de um ERM (Enterprise Risk Management) com vistas a continuamente identificar e monitorar os riscos à consecução dos objetivos do negócio. Os resultados serão entregues ainda no

primeiro semestre de 2020, em linha com a intenção da Companhia em continuar aprimorando sua atuação de forma transparente.

#### 4. Desempenho Operacional

A Companhia optou por assumir integralmente as atividades de Operação e Manutenção (O&M), a partir de meados de 2019, com o objetivo de maximizar a sua eficiência operacional mantendo apenas terceirizado o Centro de Operações – COS cujo serviço é prestado pela Itumbiara Transmissora de Energia, subsidiária integral da acionista State Grid Brasil Holding.

#### 5. Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2019, a Receita Operacional Bruta totalizou R\$ 96,4 milhões, um aumento de 1,4% em relação a 2018 decorrente, principalmente, do reajuste da Receita Anual Permitida.

As Deduções da Receita Operacional atingiram R\$ 14,6 milhões em 2019, um aumento de 23,1% em relação ao ano de 2018, afetada, principalmente pelo aumento da Receita Anual Permitida e das taxas regulatórias proporcionais.

A Receita Operacional Líquida em 2019 atingiu R\$ 81,7 milhões, impactada principalmente pelas taxas regulatórias do período, um decréscimo de 1,7% em relação ao valor de 2018, que foi de R\$ 83,2 milhões.

As despesas administrativas e os custos de O&M em 2019, alcançaram R\$ 29,1 milhões, um aumento de 10,3% em relação aos R\$ 26,3 milhões de 2018 devido ao período de transição necessário para que a companhia assumisse as atividades de O&M, o que ocorreu a partir de julho de 2019.

O resultado financeiro negativo atingiu R\$ 42,5 milhões em 2019 frente a R\$ 35,0 milhões registrados em 2018. A variação reflete, principalmente, o saldo de encargos relacionados à Segunda Emissão de Debêntures em outubro de 2018.

O imposto de renda e contribuição social foram de R\$ 13,8 milhões positivos em 2019, refletindo, principalmente a reversão do IR/CSLL diferidos no montante de R\$ 14 milhões.

O Prejuízo do período em 2019 totalizou R\$ 9,9 milhões, um decréscimo de 68,4% em relação ao prejuízo de 2018 de R\$ 31,3 milhões.

O EBITDA de 2019, foi de R\$ 52,6 milhões em 2019 com margem EBITDA de 64,6%, um decréscimo de 5,6% em relação ao EBITDA de 2018, que atingiu R\$ 56,8 milhões, principalmente, pelo aumento na despesa com operação e manutenção.

A dívida bruta consolidada em 31 de dezembro de 2019 somou R\$ 494,4 milhões, uma queda de 3,1% em relação ao final de 2018, quando registrou R\$ 510,1 milhões, considerando

o empréstimo com BNDES e a Segunda Emissão de Debêntures, ambos em fase de amortização.

#### 6. Investimentos

Os investimentos da Companhia têm como objetivo principal o aumento de sua eficiência operacional, seja para os investimentos em P&D realizados em conformidade com a política regulatória do setor, seja para investimentos em melhorias.

Os investimentos em programas de pesquisa e desenvolvimento da ANEEL são feitos de acordo com a legislação vigente. Foi concluída a primeira fase de um projeto em parceria com a COPEE – UFRJ sobre chaves seccionadoras seguras e está em andamento o desenvolvimento de um robô de monitoramento de Subestações com o LACTEC, do Paraná. O investimento já realizado chega a R\$ 720 mil.

#### 7. Auditores Independentes

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a Companhia informa que a KPMG Auditores Independentes prestou apenas serviços relacionados à Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício de 2019.

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Administradores e Diretores da  
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. para cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento e mensuração do ativo Imobilizado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias

Veja as Notas Explicativas 7.2 e 12 às Demonstrações Contábeis Regulatórias

| Principal assunto de auditoria                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Como a auditoria endereçou esse assunto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2019 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 1.068.838 referente ao seu ativo imobilizado. Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais de depreciação são determinadas pelo órgão regulador. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e conseqüentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado como assunto significativo em nossa auditoria.</p> | <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado. Adicionalmente, obtivemos as movimentações ocorridas no ativo imobilizado ao longo do exercício de 2019, efetuamos testes em bases documentais e confrontamos com os saldos contábeis. Também, efetuamos o recálculo da depreciação com base nas vidas úteis estimadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), confrontando o resultado do referido recálculo com os saldos contábeis. Por fim, obtivemos a análise da Companhia sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC") e avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes.</p> <p>Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p> |

## Outros assuntos

A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 21 de fevereiro de 2020.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 09 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo  
Contador CRC RJ-092563/O-1

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Balço patrimonial regulatório

(Em Milhares de Reais)

|                                                    | Notas | 31/12/2019       | 31/12/2018       |
|----------------------------------------------------|-------|------------------|------------------|
| <b>Ativo</b>                                       |       |                  |                  |
| <b>Circulante</b>                                  |       |                  |                  |
| Caixa e equivalente de caixa                       | 8     | 44.805           | 136.191          |
| Contas a receber                                   | 9     | 8.595            | 10.213           |
| Impostos a recuperar                               |       | 291              | 1.810            |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar |       | 4.632            | -                |
| Caixa restrito                                     | 10    | 818              | -                |
| Outros ativos circulantes                          |       | 15.729           | 8.685            |
| <b>Total do ativo circulante</b>                   |       | <b>74.870</b>    | <b>156.899</b>   |
| <b>Não circulante</b>                              |       |                  |                  |
| Caixa restrito                                     | 10    | 17.394           | 15.684           |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos   | 11    | 87.575           | 71.784           |
| Imobilizado líquido                                | 12    | 1.068.838        | 1.100.756        |
| Intangível                                         | 13    | 20.777           | 20.675           |
| <b>Total do ativo não circulante</b>               |       | <b>1.194.584</b> | <b>1.208.899</b> |
| <b>Total do ativo</b>                              |       | <b>1.269.454</b> | <b>1.365.798</b> |
| <b>Passivo e patrimônio líquido</b>                |       |                  |                  |
| <b>Circulante</b>                                  |       |                  |                  |
| Fornecedores                                       | 14    | 16.336           | 9.628            |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher  |       | -                | 945              |
| Impostos e contribuições sociais                   | 15    | 1.160            | 2.161            |
| Empréstimos e financiamentos                       | 16    | 23.136           | 18.094           |
| Debêntures                                         | 17    | 9.966            | 9.856            |
| Salários e encargos                                |       | 451              | 312              |
| Dividendos a pagar                                 | 19.c  | 33.005           | 32.387           |
| Encargos setoriais                                 |       | 1.725            | 1.110            |
| Outros passivos circulantes                        |       | 1.792            | 1.682            |
| <b>Total do passivo circulante</b>                 |       | <b>87.571</b>    | <b>76.175</b>    |
| <b>Não circulante</b>                              |       |                  |                  |
| <b>Exigível a longo prazo</b>                      |       |                  |                  |
| Empréstimos e financiamentos                       | 16    | 351.757          | 375.932          |
| Debêntures                                         | 17    | 109.596          | 106.193          |
| Outros passivos                                    |       | 5.198            | -                |
| Passivo contingente                                | 18    | 3.760            | 5.395            |
| <b>Total do passivo não circulante</b>             |       | <b>470.311</b>   | <b>487.520</b>   |
| <b>Patrimônio líquido</b>                          |       |                  |                  |
| Capital social                                     | 19.a  | 733.832          | 803.832          |
| Reserva legal                                      | 19.b  | 7.366            | 5.131            |
| Lucro / prejuízos acumulados                       |       | (29.626)         | (6.860)          |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>                 |       | <b>711.572</b>   | <b>802.103</b>   |
| <b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>    |       | <b>1.269.454</b> | <b>1.365.798</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Milhares de Reais)

|                                                                    | Notas     | 31/12/2019             | 31/12/2018             |
|--------------------------------------------------------------------|-----------|------------------------|------------------------|
| <b>Receita operacional líquida</b>                                 | <b>20</b> | <b>81.787</b>          | <b>83.204</b>          |
| Despesas de operação e manutenção - O&M                            |           | (3.652)                | (9.867)                |
| Gastos operacionais                                                |           | <u>(16.884)</u>        | <u>(8.520)</u>         |
| <b>Lucro bruto</b>                                                 |           | <b>61.251</b>          | <b>64.817</b>          |
| <b>Despesas operacionais</b>                                       |           |                        |                        |
| Pessoal                                                            |           | (3.240)                | (2.493)                |
| Serviços de terceiros                                              |           | (4.844)                | (5.040)                |
| Depreciação                                                        |           | (33.909)               | (44.370)               |
| Outros                                                             |           | <u>(517)</u>           | <u>(452)</u>           |
| <b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>              |           | <b><u>18.741</u></b>   | <b><u>12.462</u></b>   |
| <b>Receitas financeiras</b>                                        | <b>21</b> | <b>4.363</b>           | <b>3.845</b>           |
| <b>Despesas financeiras</b>                                        | <b>21</b> | <b><u>(46.911)</u></b> | <b><u>(38.881)</u></b> |
| <b>Despesas financeiras líquidas</b>                               |           | <b>(42.548)</b>        | <b>(35.036)</b>        |
| <b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b> |           | <b><u>(23.807)</u></b> | <b><u>(22.574)</u></b> |
| Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos       |           | <u>13.894</u>          | <u>(8.787)</u>         |
| <b>Prejuízo líquido do exercício</b>                               |           | <b><u>(9.913)</u></b>  | <b><u>(31.361)</u></b> |
| <b>Resultado por ação</b>                                          |           | <b>(0,01)</b>          | <b>(0,03)</b>          |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações do resultado regulatório abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

*(Em Milhares de Reais)*

|                                                   | 31/12/2019            | 31/12/2018             |
|---------------------------------------------------|-----------------------|------------------------|
| Lucro líquido/Prejuízo do exercício               | (9.913)               | (31.361)               |
| Outros resultados abrangentes                     | <u>-</u>              | <u>-</u>               |
| <b>Total de resultado abrangente do exercício</b> | <b><u>(9.913)</u></b> | <b><u>(31.361)</u></b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em dezembro de 2019 e 2018

(Em Milhares de Reais)

|                                                    | Reserva de Lucros |              |                |                                 |                      | Total           |
|----------------------------------------------------|-------------------|--------------|----------------|---------------------------------|----------------------|-----------------|
|                                                    | Capital social    | Legal        | Lucros retidos | Dividendos adicionais propostos | Prejuízos acumulados |                 |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>            | <b>803.832</b>    | <b>3.271</b> | -              | <b>46.613</b>                   | <b>(11.419)</b>      | <b>842.297</b>  |
| Prejuízo do exercício                              | -                 | -            | -              | -                               | (31.361)             | <b>(31.361)</b> |
| Reclassificação de dividendos adicionais propostos | -                 | -            | 46.613         | (46.613)                        | -                    | -               |
| Constituição de reserva legal societária           | -                 | 1.860        | -              | -                               | (1.860)              | -               |
| Dividendos mínimos obrigatórios societários        | -                 | -            | -              | -                               | (8.833)              | <b>(8.833)</b>  |
| Compensação de reservas                            | -                 | -            | (46.613)       | -                               | 46.613               | -               |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>            | <b>803.832</b>    | <b>5.131</b> | -              | -                               | <b>(6.860)</b>       | <b>802.103</b>  |
| Redução de capital                                 | (70.000)          | -            | -              | -                               | -                    | (70.000)        |
| Prejuízo do exercício                              | -                 | -            | -              | -                               | (9.913)              | (9.913)         |
| Constituição de reserva legal societária           | -                 | 2.235        | -              | -                               | (2.235)              | -               |
| Dividendos mínimos obrigatórios societários        | -                 | -            | -              | -                               | (10.618)             | (10.618)        |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>            | <b>733.832</b>    | <b>7.366</b> | -              | -                               | <b>(29.626)</b>      | <b>711.572</b>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 dezembro de 2019 e 2018

(Em Milhares de Reais)

| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>                                     | <b>31/12/2019</b> | <b>31/12/2018</b> |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro antes dos impostos de renda e da contribuição social                            | (23.807)          | (22.574)          |
| <b>Ajustes para:</b>                                                                  |                   |                   |
| Depreciação e amortização                                                             | 33.909            | 44.413            |
| Juros de empréstimos e debêntures e custos de transação                               | 45.385            | 35.230            |
| Provisão para contingências                                                           | 3.563             | -                 |
| <b>Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais</b>                             |                   |                   |
| Contas a receber                                                                      | 1.618             | (4.087)           |
| Impostos a recuperar                                                                  | 1.227             | (685)             |
| Impostos de renda e contribuição social a recuperar                                   | (5.726)           | -                 |
| Outros ativos                                                                         | (7.043)           | (210)             |
| Fornecedores                                                                          | 6.708             | (1.064)           |
| Impostos e contribuições sociais                                                      | (1.437)           | (1.025)           |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher                                     | 2.866             | -                 |
| Salários e encargos                                                                   | 139               | 31                |
| Encargos setoriais                                                                    | 616               | 583               |
| Outros passivos                                                                       | 110               | -                 |
| <b>Caixa líquido gerado ( consumido) pelas atividades operacionais</b>                | <b>58.128</b>     | <b>50.612</b>     |
| Imposto de renda e Contribuição social pagos                                          | (3.887)           | (4.329)           |
| <b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b> | <b>54.241</b>     | <b>46.283</b>     |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>                                  |                   |                   |
| Caixa restrito                                                                        | (2.528)           | 994               |
| Imobilizado líquido                                                                   | (1.979)           | (12.001)          |
| Baixa de intangível                                                                   | (115)             | 13.139            |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>                         | <b>(4.622)</b>    | <b>(2.132)</b>    |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>                                 |                   |                   |
| Captação de empréstimos e debêntures                                                  | -                 | 118.000           |

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 dezembro de 2019 e 2018

*(Em Milhares de Reais)*

|                                                               |                  |                |
|---------------------------------------------------------------|------------------|----------------|
| Pagamento de empréstimos e debêntures                         | (21.402)         | (29.993)       |
| Pagamento de juros - empréstimos e debêntures                 | (39.603)         | (34.595)       |
| Dividendos pagos                                              | (10.000)         | -              |
| Redução de capital                                            | (70.000)         | -              |
| <b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b> | <b>(141.005)</b> | <b>53.412</b>  |
| <b>Redução líquido de caixa e equivalente de caixa</b>        | <b>(91.386)</b>  | <b>101.827</b> |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro                 | 136.191          | 34.364         |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro               | <b>44.805</b>    | <b>136.191</b> |
| <b>Redução líquido de caixa e equivalente de caixa</b>        | (91.386)         | 101.827        |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), Empresa privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Companhia foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), e Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel”), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2012 (“Leilão”), realizado pela ANEEL.

#### a. Da concessão

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R\$ 73.080 mil, foi sendo reajustada de tempos em tempos tendo sua evolução demonstrada a seguir:

- 2016/2017 - R\$ 99.373 mil;
- 2017/2018 - R\$ 89.858 mil ( primeira revisão tarifária);



- 2018/2019 - R\$ 92.726 mil;
- 2019/2020 – R\$ 97.045 mil;

Em setembro de 2016 a Companhia recebeu do ONS o Termo de Liberação Provisória (TLP) para início do escoamento parcial entre os trechos desde a subestação de Ribeirãozinho até a subestação de Marimbondó II, da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires.

Em 16 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 30 de janeiro de 2018, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565, estabeleceu a RAP total “Leilão + Autorizações” em R\$ 97.045 para o período de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 (R\$ 92.726 para o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019).

**b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)**

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

**c. Licenciamento Ambiental**

A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30 de agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

## **2 Setor elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

### **3 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, bem como, também, com base nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as práticas contábeis no Brasil (BR GAAP).

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 09 de junho de 2020.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06 (R2) – Arrendamentos – e o ICPC 22 (IFRIC 23) – Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o Lucro – foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa 5.

### **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **5 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**a. Avaliação de instrumentos financeiros**

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota Explicativa nº 24 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

**b. Impostos, contribuições e tributos**

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretações podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

***Novas normas contábeis efetivas a partir de 01 de janeiro de 2019***

***CPC 06 (R2) - Arrendamentos***

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das operações de arrendamento mercantil.

A Companhia analisou todos os contratos que poderiam ser classificados na abrangência do CPC 06 (R2), e, considerando que os contratos são de valores baixos, não há impactos materiais nas operações e resultados da Companhia.

As seguintes normas alteradas e interpretações não terão impacto significativo nas Demonstrações financeiras da Companhia:

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).

- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas de CPC.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

## **6 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## **7 Principais práticas contábeis regulatórias**

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

### **7.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

### **7.2 Imobilizado**

#### **7.2.1 Imobilizado em serviço**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

#### **7.2.2 Imobilizado em curso**

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização

correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

### **7.3 Intangíveis**

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

### **7.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

### **7.5 Outros ativos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

### **7.6 Provisões e passivos circulantes e não circulantes**

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

### **7.7 Dividendos**

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

### **7.8 Receita de juros sobre aplicações financeiras**

A receita de juros é reconhecida no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a

construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado, com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

### **7.9 Despesas de empréstimos e debêntures**

As despesas de juros são reconhecidas no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado pelo método dos juros efetivos.

### **7.10 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido compreende os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

#### ***a. Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no Balanço Patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### ***b. Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido corrente***

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis regulatórias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

### **7.11 Encargos regulatórios**

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a alíquota de 9,25%;

- Reserva Global de Reversão (RGR) quotas anuais definidas com base em 2,5% do investimento “pro rata tempore”, observado o limite de 3,0% das receitas da concessionária. É usada para financiar a reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035;
- Reserva Global de Reversão - 2,6% do faturamento. É usada para financiar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica — (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.

As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

## **7.12 Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

### ***Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento***

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando, e se a Companhia vier a transferir os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### ***Ativos financeiros não derivativos - mensuração***

#### *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e suas mudanças, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e suas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

## **8 Caixa e equivalentes de caixa**

|                                               | <b>31/12/2019</b> | <b>31/12/2018</b> |
|-----------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa e bancos conta movimento                | 6.778             | 13.063            |
| Aplicação Financeira - CDB Banco Santander    | -                 | 3.561             |
| Aplicação Financeira - CDB Banco ABC          | 20.674            | 4.232             |
| Aplicação Financeira - CDB Banco Bradesco (a) | 17.353            | 115.335           |
|                                               | <b>44.805</b>     | <b>136.191</b>    |

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

No mês de fevereiro de 2019 a Companhia efetuou a redução do capital social com utilização de recursos próprios. Vide Nota 18.a.

## **9 Contas a receber**

|                           | <b>31/12/2019</b> | <b>31/12/2018</b> |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Vencidos acima de 90 dias | 407               | 191               |
| Vencidos de 61 a 90 dias  | 20                | 8                 |
| Vencidos até 60 dias      | 46                | 1.477             |
| A vencer                  | 8.122             | 8.537             |
|                           | <b>8.595</b>      | <b>10.213</b>     |



Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

## 10 Caixa restrito

O saldo representa o valor acumulado na conta reserva, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O mecanismo de preenchimento desta conta reserva segue estritamente as condições previstas no contrato de financiamento e a totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme segue:

|                         | 31/12/2018    | Movimentação      | 31/12/2019        |
|-------------------------|---------------|-------------------|-------------------|
| Pagamento de Debêntures | -             | 818               | 818               |
| Reserva de Debêntures   | -             | 5.290             | 5.290             |
| Reserva BNDES           | 15.684        | (3.580)           | 12.104            |
|                         | <b>15.684</b> | <b>2.528</b>      | <b>18.212</b>     |
|                         |               | <b>31/12/2019</b> | <b>31/12/2018</b> |
| Circulante              |               | 818               | -                 |
| Não circulante          |               | 17.394            | 15.684            |
|                         |               | <b>18.212</b>     | <b>15.684</b>     |

## 11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no Prejuízo fiscal e na Base Negativa da CSLL foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

|                        | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|------------------------|------------|------------|
| <b>Base de cálculo</b> |            |            |
| <b>Prejuízo fiscal</b> | 257.578    | 211.068    |

*Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.*  
*Demonstrações contábeis regulatórias*  
*em 31 de dezembro de 2019*

|                                 |     |                      |                      |
|---------------------------------|-----|----------------------|----------------------|
| <b>Base negativa</b>            |     | 257.578              | 211.300              |
| Imposto de renda<br>diferido    | 25% | 64.393               | 52.767               |
| Contribuição social<br>diferida | 9%  | <u>23.182</u>        | <u>19.017</u>        |
|                                 |     | <u><b>87.575</b></u> | <u><b>71.784</b></u> |

O reflexo no resultado está demonstrado como segue:

|                                                  | <b>31/12/2019</b>    | <b>31/12/2018</b> |
|--------------------------------------------------|----------------------|-------------------|
| Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal  | 12.398               | -                 |
| Contribuição social diferido sobre base negativa | <u>4.626</u>         | <u>-</u>          |
| <b>Imposto líquido no resultado</b>              | <u><b>17.024</b></u> | <u>-</u>          |

## 12 Imobilizado

|                                     | Valor bruto<br>em<br>31/12/2018 | Adições      | Baixas       | Valor bruto<br>em 31/12/2019 | Adições<br>líquidas | Depreciação<br>Acumulada | Valor<br>Líquido em<br>31/12/2019 | Valor<br>Líquido em<br>31/12/2018 |
|-------------------------------------|---------------------------------|--------------|--------------|------------------------------|---------------------|--------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| <b>Ativo Imobilizado em Serviço</b> |                                 |              |              |                              |                     |                          |                                   |                                   |
| <b>Transmissão</b>                  |                                 |              |              |                              |                     |                          |                                   |                                   |
| Máquinas e equipamentos             | 1.148.239                       | -            | -            | 1.148.239                    | -                   | (109.667)                | 1.038.572                         | 1.071.907                         |
| Edificações e obras civis           | 15.635                          | -            | -            | 15.635                       | -                   | (1.953)                  | 13.682                            | 14.265                            |
| Móveis e utensílios                 | 127                             | -            | -            | 127                          | -                   | (27)                     | 100                               | 108                               |
| <b>Subtotal</b>                     | <b>1.164.001</b>                | <b>-</b>     | <b>-</b>     | <b>1.164.001</b>             | <b>-</b>            | <b>(111.647)</b>         | <b>1.052.354</b>                  | <b>1.086.280</b>                  |
| <b>Administração</b>                |                                 |              |              |                              |                     |                          |                                   |                                   |
| Máquinas e Equipamentos             | 140                             | 21           | (16)         | 145                          | 5                   | (48)                     | 97                                | 106                               |
| Móveis e utensílios                 | 98                              | -            | (13)         | 85                           | (13)                | (18)                     | 67                                | 98                                |
| Veículos                            | 177                             | -            | (177)        | -                            | (177)               | -                        | -                                 | 116                               |
| <b>Subtotal</b>                     | <b>415</b>                      | <b>21</b>    | <b>(206)</b> | <b>230</b>                   | <b>(185)</b>        | <b>(66)</b>              | <b>164</b>                        | <b>320</b>                        |
| <b>Ativo imobilizado em curso</b>   |                                 |              |              |                              |                     |                          |                                   |                                   |
| <b>Transmissão</b>                  |                                 |              |              |                              |                     |                          |                                   |                                   |
| Máquinas e equipamentos             | 219                             | -            | -            | 219                          | -                   | -                        | 219                               | 219                               |
| Adiantamento a Fornecedor           | 13.937                          | -            | (28)         | 13.909                       | (28)                | -                        | 13.909                            | 13.937                            |
| Bens não vinculados a concessão     |                                 | 1.563        | (15)         |                              |                     |                          |                                   |                                   |
| Material em Depósito                |                                 | 620          |              |                              |                     |                          |                                   |                                   |
| Melhorias na linha                  |                                 | 24           |              |                              |                     |                          |                                   |                                   |
| <b>Subtotal</b>                     | <b>14.156</b>                   | <b>2.207</b> | <b>(43)</b>  | <b>16.320</b>                | <b>2.164</b>        | <b>-</b>                 | <b>16.320</b>                     | <b>14.156</b>                     |
| <b>Total do Ativo Imobilizado</b>   | <b>1.178.572</b>                | <b>2.228</b> | <b>(249)</b> | <b>1.180.551</b>             | <b>1.979</b>        | <b>(111.713)</b>         | <b>1.068.838</b>                  | <b>1.100.756</b>                  |

*Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.*  
*Demonstrações contábeis regulatórias*  
*em 31 de dezembro de 2019*

|                                         | Valor<br>bruto em<br>31/12/2017 | Adições              | Baixas              | Reclassificações   | Transferências          | Valor<br>bruto em<br>31/12/2018 | Adições<br>líquidas     | Depreciação<br>Acumulada | Valor<br>Líquido em<br>31/12/2018 | Valor<br>Líquido em<br>31/12/2017 |
|-----------------------------------------|---------------------------------|----------------------|---------------------|--------------------|-------------------------|---------------------------------|-------------------------|--------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| <b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>     |                                 |                      |                     |                    |                         |                                 |                         |                          |                                   |                                   |
| <b>Transmissão</b>                      |                                 |                      |                     |                    |                         |                                 |                         |                          |                                   |                                   |
| Máquinas e equipamentos                 | 871.473                         | -                    | -                   | -                  | 276.766                 | 1.148.239                       | 276.766                 | (76.332)                 | 1.071.907                         | 839.041                           |
| Edificações e obras civis               | 12.068                          | -                    | -                   | -                  | 3.567                   | 15.635                          | 3.567                   | (1.370)                  | 14.265                            | 11.490                            |
| Móveis e utensílios                     | 62                              | -                    | -                   | -                  | 65                      | 127                             | 65                      | (19)                     | 108                               | 57                                |
| <b>Subtotal</b>                         | <b><u>883.603</u></b>           | <b><u>-</u></b>      | <b><u>-</u></b>     | <b><u>-</u></b>    | <b><u>280.398</u></b>   | <b><u>1.164.001</u></b>         | <b><u>280.398</u></b>   | <b><u>(77.721)</u></b>   | <b><u>1.086.280</u></b>           | <b><u>850.588</u></b>             |
| <b>Administração</b>                    |                                 |                      |                     |                    |                         |                                 |                         |                          |                                   |                                   |
| Máquinas e Equipamentos                 | 119                             | 26                   | -                   | (5)                | -                       | 140                             | 21                      | (34)                     | 106                               | 18                                |
| Móveis e utensílios                     | 84                              | -                    | -                   | -                  | 13                      | 98                              | 13                      | -                        | 98                                | 81                                |
| Veículos                                | 188                             | -                    | -                   | (11)               | -                       | 177                             | (11)                    | (61)                     | 116                               | 51                                |
| <b>Subtotal</b>                         | <b><u>391</u></b>               | <b><u>26</u></b>     | <b><u>-</u></b>     | <b><u>(16)</u></b> | <b><u>13</u></b>        | <b><u>415</u></b>               | <b><u>23</u></b>        | <b><u>(95)</u></b>       | <b><u>320</u></b>                 | <b><u>150</u></b>                 |
| <b>Ativo imobilizado em curso</b>       |                                 |                      |                     |                    |                         |                                 |                         |                          |                                   |                                   |
| <b>Transmissão</b>                      |                                 |                      |                     |                    |                         |                                 |                         |                          |                                   |                                   |
| Máquinas e equipamentos                 | 133.370                         | 440                  | (14)                | -                  | (133.577)               | 219                             | (133.151)               | -                        | 219                               | 133.370                           |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 82.007                          | 250                  | -                   | -                  | (82.257)                | -                               | (82.007)                | -                        | -                                 | 82.007                            |
| A Ratear                                | 47.034                          | 11.004               | (451)               | -                  | (57.587)                | -                               | (47.034)                | -                        | -                                 | 47.034                            |
| Adiantamento a Fornecedor               | 16.123                          | 659                  | (29)                | -                  | (2.816)                 | 13.937                          | (2.186)                 | -                        | 13.937                            | 16.123                            |
| Outros                                  | 4.042                           | 16                   | -                   | 116                | (4.174)                 | -                               | (4.042)                 | -                        | -                                 | 4.042                             |
| <b>Subtotal</b>                         | <b><u>282.576</u></b>           | <b><u>12.369</u></b> | <b><u>(494)</u></b> | <b><u>116</u></b>  | <b><u>(280.411)</u></b> | <b><u>14.156</u></b>            | <b><u>(268.420)</u></b> | <b><u>-</u></b>          | <b><u>14.156</u></b>              | <b><u>282.576</u></b>             |
| <b>Total do Ativo Imobilizado</b>       | <b><u>1.166.570</u></b>         | <b><u>12.395</u></b> | <b><u>(494)</u></b> | <b><u>100</u></b>  | <b><u>-</u></b>         | <b><u>1.178.572</u></b>         | <b><u>12.001</u></b>    | <b><u>(77.816)</u></b>   | <b><u>1.100.756</u></b>           | <b><u>1.133.314</u></b>           |

|                                              |                                              | 2019                               |                                            | 2018                     |                  |
|----------------------------------------------|----------------------------------------------|------------------------------------|--------------------------------------------|--------------------------|------------------|
|                                              | Taxas anuais<br>médias de<br>depreciação (%) | Bruto                              | Depreciação e<br>Amortização<br>Acumuladas | Valor Líquido            | Valor<br>Líquido |
| <b>Em Serviço</b>                            |                                              |                                    |                                            |                          |                  |
| <b>Transmissão</b>                           |                                              |                                    |                                            |                          |                  |
| Custo Histórico                              | 1,10%                                        | 1.164.001                          | (111.647)                                  | 1.052.354                | 1.086.280        |
| <b>Administração</b>                         |                                              |                                    |                                            |                          |                  |
| Custo Histórico                              | 10%                                          | 230                                | (66)                                       | 164                      | 320              |
|                                              |                                              | <b>1.164.231</b>                   | <b>(111.713)</b>                           | <b>1.052.518</b>         | <b>1.086.600</b> |
| <b>Em Curso</b>                              |                                              |                                    |                                            |                          |                  |
| <b>Transmissão</b>                           |                                              |                                    |                                            |                          |                  |
|                                              |                                              | 16.320                             | -                                          | 16.320                   | 14.156           |
|                                              |                                              | <b>1.180.551</b>                   | <b>(111.713)</b>                           | <b>1.068.838</b>         | <b>1.100.756</b> |
| <b>Adições do Imobilizado em Curso - R\$</b> |                                              |                                    |                                            |                          |                  |
|                                              |                                              | <b>Material /<br/>Equipamentos</b> | <b>Serviços de<br/>Terceiros</b>           | <b>Outros<br/>Gastos</b> | <b>Total</b>     |
| Máquinas e Equipamentos                      |                                              | -                                  | -                                          | -                        | -                |
| Adiantamentos a Fornecedores                 |                                              | -                                  | -                                          | -                        | -                |
| Bens não vinculados à concessão              |                                              | 1.302                              | 223                                        | 23                       | 1548             |
| Material em Depósito                         |                                              | 620                                |                                            |                          | 620              |
| Melhorias na linha                           |                                              | 24                                 |                                            |                          | 24               |
| <b>Total das Adições</b>                     |                                              | <b>1.946</b>                       | <b>223</b>                                 | <b>23</b>                | <b>2.192</b>     |

Principais taxas de depreciação por macro atividade:

|                                         | Taxa anuais de<br>depreciação (%) |
|-----------------------------------------|-----------------------------------|
| <b>Rede básica</b>                      |                                   |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 3,83%                             |
| Máquinas e equipamentos                 | 2,76%                             |
| Móveis e utensílios                     | 6,25%                             |
| <b>Administração central</b>            |                                   |
| Máquinas e equipamentos                 | 10,24%                            |
| Veículos                                | 14,29%                            |
| Móveis e utensílios                     | 6,25%                             |

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 13 Intangível

|                                    | Valor bruto<br>em 31/12/2018 | Adições    | Valor Bruto<br>em 31/12/2019 | Adições<br>líquidas | Amortização<br>Acumulada | Valor Líquido<br>em 31/12/2019 | Valor Líquido<br>em 31/12/2018 |
|------------------------------------|------------------------------|------------|------------------------------|---------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| <b>Ativo Intangível em Serviço</b> |                              |            |                              |                     |                          |                                |                                |
| <b>Administração</b>               |                              |            |                              |                     |                          |                                |                                |
| Servidões                          | 20.657                       | -          | 20.657                       | -                   | -                        | 20.657                         | 20.657                         |
| <b>Subtotal</b>                    | <b>20.657</b>                | <b>-</b>   | <b>20.657</b>                | <b>-</b>            | <b>-</b>                 | <b>20.657</b>                  | <b>20.657</b>                  |
| <b>Ativo intangível em curso</b>   |                              |            |                              |                     |                          |                                |                                |
| <b>Administração</b>               |                              |            |                              |                     |                          |                                |                                |
| Software                           | 18                           | 115        | 133                          | 115                 | (13)                     | 120                            | 18                             |
| <b>Subtotal</b>                    | <b>18</b>                    | <b>115</b> | <b>133</b>                   | <b>115</b>          | <b>(13)</b>              | <b>120</b>                     | <b>18</b>                      |
| <b>Total do ativo intangível</b>   | <b>20.675</b>                | <b>115</b> | <b>20.790</b>                | <b>115</b>          | <b>(13)</b>              | <b>20.777</b>                  | <b>20.675</b>                  |

|                                    | Valor bruto<br>em 31/12/2017 | Adições   | Baixas          | Transferências  | Valor Bruto<br>em 31/12/2018 | Adições<br>líquidas | Amortização<br>Acumulada | Valor<br>Líquido em<br>31/12/2018 | Valor<br>Líquido em<br>31/12/2017 |
|------------------------------------|------------------------------|-----------|-----------------|-----------------|------------------------------|---------------------|--------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| <b>Ativo Intangível em Serviço</b> |                              |           |                 |                 |                              |                     |                          |                                   |                                   |
| <b>Administração</b>               |                              |           |                 |                 |                              |                     |                          |                                   |                                   |
| Software                           | 1                            | 17        | -               | -               | 18                           | 17                  | -                        | 18                                | -                                 |
| Servidões                          | -                            | -         | -               | 20.657          | 20.657                       | 20.657              | -                        | 20.657                            | -                                 |
| <b>Subtotal</b>                    | <b>1</b>                     | <b>17</b> | <b>-</b>        | <b>20.657</b>   | <b>20.675</b>                | <b>20.674</b>       | <b>-</b>                 | <b>20.675</b>                     | <b>-</b>                          |
| <b>Ativo intangível em curso</b>   |                              |           |                 |                 |                              |                     |                          |                                   |                                   |
| Servidões                          | 33.814                       | 6         | (13.163)        | (20.657)        | -                            | (33.814)            | -                        | -                                 | 33.814                            |
| <b>Subtotal</b>                    | <b>33.814</b>                | <b>6</b>  | <b>(13.163)</b> | <b>(20.657)</b> | <b>-</b>                     | <b>(33.814)</b>     | <b>-</b>                 | <b>-</b>                          | <b>33.814</b>                     |
| <b>Total do ativo intangível</b>   | <b>33.815</b>                | <b>23</b> | <b>(13.163)</b> | <b>-</b>        | <b>20.675</b>                | <b>(13.140)</b>     | <b>-</b>                 | <b>20.675</b>                     | <b>33.814</b>                     |

## 14 Fornecedores

|                                        | 31/12/2019    | 31/12/2018   |
|----------------------------------------|---------------|--------------|
| Itumbiara Transmissora de Energia S.A. | 6.211         | 410          |
| China Epri Science & Technology C.     | 7.577         | 7.577        |
| Nari Brasil Holding                    | 140           | 132          |
| Nari Group Corporation                 | -             | 1.146        |
| Tabocas Participações                  | 927           | -            |
| Siemens Ltda                           | 997           | -            |
| Outros                                 | 484           | 363          |
|                                        | <u>16.336</u> | <u>9.628</u> |

## 15 Impostos e contribuições sociais

|                                  | 31/12/2019   | 31/12/2018   |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Imposto de renda retido na fonte | 25           | 68           |
| Contribuição social              | 18           | 93           |
| Pis/Cofins/CSLL                  | -            | 75           |
| Pis/Pasep                        | 122          | 118          |
| Cofins                           | 562          | 549          |
| INSS retido a recolher           | 1            | 796          |
| ISS                              | 432          | 462          |
|                                  | <u>1.160</u> | <u>2.161</u> |

## 16 Empréstimos e financiamentos

|                      | 31/12/2018     | Juros         | Juros pagos     | Principal pago  | 31/12/2019     |
|----------------------|----------------|---------------|-----------------|-----------------|----------------|
| BNDES - Subcrédito A | 378.097        | 30.605        | (29.595)        | (19.348)        | 359.759        |
| BNDES - Subcrédito B | 15.929         | 1.231         | (1.191)         | (835)           | 15.134         |
|                      | <u>394.026</u> | <u>31.836</u> | <u>(30.786)</u> | <u>(20.183)</u> | <u>374.893</u> |
|                      | 31/12/2017     | Juros         | Juros pagos     | Principal pago  | 31/12/2018     |
| BNDES - Subcrédito A | 404.394        | 34.117        | (31.273)        | (29.141)        | 378.097        |
| BNDES - Subcrédito B | 17.039         | 1.377         | (1.635)         | (852)           | 15.929         |
|                      | <u>421.433</u> | <u>35.494</u> | <u>(32.908)</u> | <u>(29.993)</u> | <u>394.026</u> |
|                      |                |               | 31/12/2019      | 31/12/2018      |                |
| Circulante           |                |               | 23.136          | 18.094          |                |
| Não circulante       |                |               | <u>351.757</u>  | <u>375.932</u>  |                |
|                      |                |               | <u>374.893</u>  | <u>394.026</u>  |                |

|                                               | Principal   | Principal + | Saldo   | Adimplente? | Data Captação | Tipo de                                                                                                                          | Indexador | Spread | Data Próximo      | Frequência        | Data Próxima | Vencimento | Frequência  | Sistemática                   |         |
|-----------------------------------------------|-------------|-------------|---------|-------------|---------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|--------|-------------------|-------------------|--------------|------------|-------------|-------------------------------|---------|
| INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA                   | Curto Prazo | Juros LP    | Total   |             |               | Garantia                                                                                                                         | ou Juros  | % a.a. | Serviço da dívida | Serviço da dívida | Amortização  | Final      | de Amortiz. | Amortização                   | 2019    |
| <b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>      |             |             |         |             |               |                                                                                                                                  |           |        |                   |                   |              |            |             |                               |         |
| BNDES Sub crédito A - Obras civis             | 22.183      | 337.575     | 359.758 | Sim         | 28/09/2016    | Garantia corporativa; cessão fiduciária de recebíveis; direitos creditórios das contas centralizadora e reserva; penhor de ações | TJLP      | 2,42%  | 15/01/2020        | MENSAL            | 15/01/2020   | 15/01/2031 | MENSAL      | Pagamento com debito em conta | 359.758 |
| BNDES Sub crédito B - Maquinas e Equipamentos | 953         | 14.182      | 15.135  | Sim         | 28/09/2016    | Garantia corporativa; cessão fiduciária de recebíveis; direitos creditórios das contas centralizadora e reserva; penhor de ações | TJLP      | 2,02%  | 15/01/2020        | MENSAL            | 15/01/2020   | 15/01/2031 | MENSAL      | Pagamento com debito em conta | 15.135  |
| <b>Total por Dívida</b>                       |             |             |         |             |               |                                                                                                                                  |           |        |                   |                   |              |            |             |                               |         |
| <b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>      | 23.156      | 351.757     | 374.893 |             |               |                                                                                                                                  |           |        |                   |                   |              |            |             |                               | 374.893 |

| LIN   | INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA     | Juros de    | Principal   | Principal + | Saldo  | Indexador | Spread    | Frequência | Cronograma de Amortização |        |
|-------|----------------------------------|-------------|-------------|-------------|--------|-----------|-----------|------------|---------------------------|--------|
|       |                                  | Curto Prazo | Curto Prazo | Juros LP    | Total  | ou Juros  | % a.a.    | Pgto Juros | 2019                      | Total  |
| 9     | <b>Ativos Financeiros</b>        | 125         | 44.680      | -           | 44.805 |           |           |            |                           |        |
| 9.1   | Caixa e Aplicações Financeiras   | 125         | 44.680      | -           | 44.805 |           |           |            |                           |        |
| 9.1.1 | Saldo Final de Caixa - Conta 111 | -           | 6.779       | -           | 6.779  |           |           |            | 6.779                     | 6.779  |
| 9.1.2 | Aplicação Financeira CDB         | 125         | 37.901      | -           | 38.026 | CDI       | 98%do CDI | Diário     | 38.026                    | 38.026 |



|                                      | Juros de       | Principal       | Principal<br>+ | Total          | Total          |
|--------------------------------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| RESUMO                               | Curto<br>Prazo | Curto<br>Prazo  | Juros LP       | 2019           | 2018           |
| <b>Dívida Bruta</b>                  |                |                 |                |                |                |
| Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira | -              | -               | -              | -              | -              |
| Financ. / Emprést. Moeda Nacional    | -              | 23.156          | 351.757        | 374.893        | 394.026        |
| <b>Ativos Financeiros</b>            |                |                 |                |                |                |
| Alta Liquidez                        | 125            | 44.680          | -              | 44.805         | 136.191        |
| <b>Dívida Líquida</b>                | <b>(125)</b>   | <b>(21.524)</b> | <b>351.757</b> | <b>330.088</b> | <b>257.835</b> |

Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 440.000. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos:

#### **Subcrédito “A”**

No valor de R\$ 420.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi liberado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031.

#### **Subcrédito “B”**

No valor de R\$ 17.854 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

#### **Subcrédito “C”**

No valor de R\$ 2.200 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito é destinado a investimento sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 150 prestações mensais e sucessivas. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade

Em 31 de dezembro de 2019, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

|                    | 2020          | 2021          | 2022          | 2023          | Após 2023      | Total          |
|--------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| BNDES Subcrédito A | 31.986        | 31.986        | 31.986        | 31.986        | 231.815        | 359.759        |
| BNDES Subcrédito B | <u>1.346</u>  | <u>1.346</u>  | <u>1.346</u>  | <u>1.346</u>  | <u>9.750</u>   | <u>15.134</u>  |
|                    | <u>33.332</u> | <u>33.332</u> | <u>33.332</u> | <u>33.332</u> | <u>241.565</u> | <u>374.893</u> |

### ***Cláusulas restritivas (Covenants)***

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%, com base nas demonstrações financeiras societárias. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não atingiu o ICSD mínimo (vide nota 26 (a)), estando em conformidade com o Índice de Capital Próprio. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

### ***Principais cláusulas restritivas do BNDES***

- Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;
- Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e
- Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

## **17 Debêntures**

A Companhia emitiu debêntures no valor de R\$ 118.000.000 (cento e dezoito milhões de reais) em julho de 2018, tendo sua efetiva liquidação em 03 de outubro de 2018.

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431);

- Código do ativo registrado na CETIP: TPSU12;
- Rating da emissão: AA+ (Fitch Ratings);
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
- Data de emissão: 15/07/2019;
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019;
- Data de vencimento: 15/12/2030;
- Quantidades de debêntures emitidas: 118.000;
- Tipo de Remuneração: IPCA;
- Taxa de Juros/Spread: 7,3870% a.a.;
- Garantias compartilhadas com o BNDES.

Movimentação das debêntures:

|                    | 31/12/2018     | Juros         | Juros pagos    | Principal pago | Amortização custo de transação | 31/12/2019     |
|--------------------|----------------|---------------|----------------|----------------|--------------------------------|----------------|
| Debentures         | 118.849        | 13.314        | (8.818)        | (1.218)        | -                              | 122.127        |
| Custo de Transação | (2.800)        | -             | -              | -              | 235                            | (2.565)        |
|                    | <u>116.049</u> | <u>13.314</u> | <u>(8.818)</u> | <u>(1.218)</u> | <u>235</u>                     | <u>119.562</u> |

|                    | 31/12/2017 | Liberação      | Juros        | Juros pagos    | Amortização custo de transação | 31/12/2018     |
|--------------------|------------|----------------|--------------|----------------|--------------------------------|----------------|
| DEBÊNTURES         | -          | 118.000        | 2.536        | (1.687)        | -                              | 118.849        |
| CUSTO DE TRANSAÇÃO | -          | (2.852)        | -            | -              | 52                             | (2.800)        |
|                    | <u>-</u>   | <u>115.148</u> | <u>2.536</u> | <u>(1.687)</u> | <u>52</u>                      | <u>116.049</u> |

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

|                        | 31/12/2019     | 31/12/2018     |
|------------------------|----------------|----------------|
| Passivo circulante     | 9.966          | 9.856          |
| Passivo não circulante | <u>109.596</u> | <u>106.193</u> |
|                        | <u>119.562</u> | <u>116.049</u> |

Em 31 de dezembro de 2019, o cronograma de vencimento das Debêntures está detalhado a seguir:

|            | 2020   | 2021   | 2022   | 2023   | Após 2023 | Total   |
|------------|--------|--------|--------|--------|-----------|---------|
| Debêntures | 10.397 | 10.397 | 10.397 | 10.397 | 77.974    | 119.562 |
|            | 10.397 | 10.397 | 10.397 | 10.397 | 77.974    | 119.562 |

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2, e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% durante toda a sua vigência.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não atingiu o ICSD mínimo (vide nota 25), estando em conformidade com o Índice de Capital Próprio. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

| INSTITUIÇÃO /<br>LINHA CREDORA                                    | Principal<br>Curto Prazo | Principal +<br>Juros LP | Saldo<br>Total | Adimplente? | Data<br>Captação | Tipo de<br>Garantia     | Indexador<br>ou Juros | Spread<br>% a.a. | Vencimento<br>Final | Cronograma de Amortização de Principal<br>e Juros de Longo Prazo |        |        |        |         |
|-------------------------------------------------------------------|--------------------------|-------------------------|----------------|-------------|------------------|-------------------------|-----------------------|------------------|---------------------|------------------------------------------------------------------|--------|--------|--------|---------|
|                                                                   |                          |                         |                |             |                  |                         |                       |                  |                     | 2020                                                             | 2021   | 2022   | 2023+  | Total   |
| <b>Financ. / Emprést.<br/>Moeda Nacional</b>                      |                          |                         |                |             |                  |                         |                       |                  |                     |                                                                  |        |        |        |         |
| DEBÊNTURES                                                        | 9.966                    | 109.596                 | 119.562        | Sim         | 15/05/16         | compatilha<br>com BNDES | IPCA                  | 7,5826%          | 15/06/29            | 10.397                                                           | 10.397 | 10.397 | 88.371 | 119.562 |
| <b>Total por Dívida<br/>Financ. / Emprést.<br/>Moeda Nacional</b> | 9.966                    | 109.596                 | 119.562        |             |                  |                         |                       |                  |                     | 10.397                                                           | 10.397 | 10.397 | 88.371 | 119.562 |

## 18 Passivo contingente

A Companhia com base na avaliação de seus assessores legais constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas à (a) Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, e (b) Servidões Administrativas, que ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.

As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

|                  | <b>31/12/2019</b>   | <b>31/12/2018</b>   |
|------------------|---------------------|---------------------|
| Trabalhistas (a) | 454                 | 451                 |
| Servidões (b)    | <u>3.306</u>        | <u>4.944</u>        |
|                  | <u><u>3.760</u></u> | <u><u>5.395</u></u> |

As contingências possíveis estão classificadas conforme abaixo:

|              |  |                      |
|--------------|--|----------------------|
| Trabalhistas |  |                      |
| Cíveis       |  | <u>28.673</u>        |
|              |  | <u><u>28.673</u></u> |

## 19 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 08 de fevereiro de 2019, a Companhia efetuou a devolução do montante relativo a redução de capital proporcional às composições acionárias, no montante de R\$ 70.000 (setenta milhões de reais), conforme aprovação na Ata de AGE de 22 de outubro de 2018, devidamente registrado na JUCERJA em 05/02/2019 sob nº 00003506370.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 733.832.303,20 (setecentos e trinta e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e três reais e vinte centavos) dividido em 733.832.303 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

|                                  | <b>31/12/2019</b>     | <b>31/12/2018</b>     |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| State Grid Brazil Holding S.A.   | 374.254               | 409.954               |
| Copel Geração e Transmissão S.A. | <u>359.578</u>        | <u>393.878</u>        |
|                                  | <u><u>733.832</u></u> | <u><u>803.832</u></u> |

**b. Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

**c. Dividendos**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

**d. Reserva de retenção de lucros**

A Companhia destinou para a conta de Reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão da AGO.

**20 Receita operacional líquida**

|                                            | <u>31/12/2019</u>    | <u>31/12/2018</u>    |
|--------------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Disponibilização do sistema de transmissão | 96.383               | 95.057               |
| <b>Receita operacional bruta</b>           | <b>96.383</b>        | <b>95.057</b>        |
| <b>Deduções da receita operacional</b>     |                      |                      |
| Encargos setoriais                         | (5.404)              | (2.834)              |
| PIS                                        | (1.640)              | (1.609)              |
| COFINS                                     | (7.552)              | (7.410)              |
|                                            | <u>(14.596)</u>      | <u>(11.853)</u>      |
| <b>Receita operacional líquida</b>         | <b><u>81.787</u></b> | <b><u>83.204</u></b> |

**21 Receitas e (despesas) financeiras**

|                                      | <u>01/01/2019 a<br/>31/12/2019</u> | <u>01/01/2018 a<br/>31/12/2018</u> |
|--------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| <b>Receitas financeiras</b>          |                                    |                                    |
| Receitas de aplicações financeiras   | 4.413                              | 3.934                              |
| Variações monetárias                 | 120                                | 55                                 |
| Outras receitas financeiras          | 42                                 | 64                                 |
| Pis                                  | (30)                               | (30)                               |
| Cofins                               | (182)                              | (178)                              |
|                                      | <u>4.363</u>                       | <u>3.845</u>                       |
| <b>Despesas financeiras</b>          |                                    |                                    |
| Juros sobre empréstimos              | (45.150)                           | (38.031)                           |
| Juros e multas                       | (1.028)                            | (136)                              |
| Outras despesas financeiras          | (733)                              | (714)                              |
|                                      | <u>(46.911)</u>                    | <u>(38.881)</u>                    |
| <b>Despesas financeiras líquidas</b> | <b><u>(42.548)</u></b>             | <b><u>(35.036)</u></b>             |

**22 Conciliação**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a

Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

|                                                    | 2019             |                  |                  | 2018             |                 |                  |
|----------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|
|                                                    | Societário       | Ajustes IFRS 15  | Regulatório      | Societário       | Ajustes IFRS 15 | Regulatório      |
| <b>ATIVO</b>                                       |                  |                  |                  |                  |                 |                  |
| <b>CIRCULANTE</b>                                  |                  |                  |                  |                  |                 |                  |
| Caixa e equivalente de caixa                       | 44.805           | -                | 44.805           | 136.191          | -               | 136.191          |
| Contas a receber                                   | 8.595            | -                | 8.595            | 10.213           | -               | 10.213           |
| Impostos a recuperar                               | 291              | -                | 291              | 1.810            | -               | 1.810            |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 4.632            | -                | 4.632            | -                | -               | -                |
| Ativo de contrato                                  | 76.004           | (76.004)         | -                | 72.794           | (72.794)        | -                |
| Caixa restrito                                     | 818              | -                | 818              | -                | -               | -                |
| Outros ativos circulantes                          | 15.729           | -                | 15.729           | 8.685            | -               | 8.685            |
| <b>Total do ativo circulante</b>                   | <b>150.874</b>   | <b>(76.004)</b>  | <b>74.870</b>    | <b>229.693</b>   | <b>(72.794)</b> | <b>156.899</b>   |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                              |                  |                  |                  |                  |                 |                  |
| Caixa restrito                                     | 17.394           | -                | 17.394           | 15.684           | -               | 15.684           |
| Ativo de contrato                                  | 1.230.480        | (1.230.480)      | -                | 1.209.835        | (1.209.835)     | -                |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos   | -                | 87.575           | 87.575           | -                | 71.784          | 71.784           |
| Imobilizado líquido                                | 2.184            | 1.066.654        | 1.068.838        | 29               | 1.100.727       | 1.100.756        |
| Intangível                                         | 210              | 20.567           | 20.777           | 95               | 20.580          | 20.675           |
| <b>Total do ativo não circulante</b>               | <b>1.250.268</b> | <b>(55.684)</b>  | <b>1.194.584</b> | <b>1.225.643</b> | <b>(16.744)</b> | <b>1.208.899</b> |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                              | <b>1.401.142</b> | <b>(131.688)</b> | <b>1.269.454</b> | <b>1.455.336</b> | <b>(89.538)</b> | <b>1.365.798</b> |
| <b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                |                  |                  |                  |                  |                 |                  |
| <b>CIRCULANTE</b>                                  |                  |                  |                  |                  |                 |                  |
| Fornecedores                                       | 16.336           | -                | 16.336           | 9.628            | -               | 9.628            |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher  | -                | -                | -                | 4.035            | (3.090)         | 945              |
| Impostos e contribuições sociais                   | 1.160            | -                | 1.160            | 2.597            | (436)           | 2.161            |
| Empréstimos e financiamentos                       | 23.136           | -                | 23.136           | 18.094           | -               | 18.094           |
| Debêntures                                         | 9.966            | -                | 9.966            | 9.856            | -               | 9.856            |
| Salários e encargos                                | 451              | -                | 451              | 312              | -               | 312              |
| Dividendos a pagar                                 | 33.005           | -                | 33.005           | 32.387           | -               | 32.387           |
| Encargos setoriais                                 | 1.725            | -                | 1.725            | 1.110            | -               | 1.110            |
| Outros passivos circulantes                        | 1.792            | -                | 1.792            | 1.682            | -               | 1.682            |
| <b>Total do passivo circulante</b>                 | <b>87.571</b>    | <b>-</b>         | <b>87.571</b>    | <b>79.701</b>    | <b>(3.526)</b>  | <b>76.175</b>    |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                              |                  |                  |                  |                  |                 |                  |
| <b>Exigível a longo prazo</b>                      |                  |                  |                  |                  |                 |                  |
| Empréstimos e financiamentos                       | 351.757          | -                | 351.757          | 375.932          | -               | 375.932          |
| Debêntures                                         | 109.596          | -                | 109.596          | 106.193          | -               | 106.193          |
| Outros passivos                                    | 5.198            | -                | 5.198            | -                | -               | -                |
| Passivo contingente                                | 3.760            | -                | 3.760            | 5.395            | -               | 5.395            |
| Imposto de renda e contribuição diferidos          | 32.146           | (32.146)         | -                | 41.091           | (41.091)        | -                |
| <b>Total do passivo não circulante</b>             | <b>502.457</b>   | <b>(32.146)</b>  | <b>470.311</b>   | <b>528.611</b>   | <b>(41.091)</b> | <b>487.520</b>   |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                          |                  |                  |                  |                  |                 |                  |
| Capital social                                     | 733.832          | -                | 733.832          | 803.832          | -               | 803.832          |
| Reserva legal                                      | 7.366            | -                | 7.366            | 5.131            | -               | 5.131            |
| Reserva de retenção de lucros                      | 69.916           | (69.916)         | -                | 38.061           | (38.061)        | -                |
| Lucro / Prejuízos acumulados                       | -                | (29.626)         | (29.626)         | -                | (6.860)         | (6.860)          |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>                 | <b>811.114</b>   | <b>(99.542)</b>  | <b>711.572</b>   | <b>847.024</b>   | <b>(44.921)</b> | <b>802.103</b>   |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>    | <b>1.401.142</b> | <b>(131.688)</b> | <b>1.269.454</b> | <b>1.455.336</b> | <b>(89.538)</b> | <b>1.365.798</b> |

|                                                                            | 2019            |                 |                 | 2018            |                 |                 |
|----------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
|                                                                            | Societário      | Ajustes IFRS 15 | Regulatório     | Societário      | Ajustes IFRS 15 | Regulatório     |
| <b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>                                           |                 |                 |                 |                 |                 |                 |
| Energia                                                                    | 72.794          | 23.589          | 96.383          | 65.071          | 29.986          | 95.057          |
| Receita de construção                                                      | 24              | (24)            | -               | 863             | (863)           | -               |
| Rendimentos sobre ativo de concessão                                       | 96.625          | (96.625)        | -               | 95.380          | (95.380)        | -               |
| Receita de O&M                                                             | 23.589          | (23.589)        | -               | 29.986          | (29.986)        | -               |
| Amortização do Ativo de contrato                                           | (72.794)        | 72.794          | -               | (50.646)        | 50.646          | -               |
| <b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>                                           |                 |                 |                 |                 |                 |                 |
| Encargos setoriais                                                         | (5.404)         | -               | (5.404)         | (2.834)         | -               | (2.834)         |
| PIS                                                                        | (1.640)         | -               | (1.640)         | (1.609)         | -               | (1.609)         |
| Cofins                                                                     | (7.552)         | -               | (7.552)         | (7.410)         | -               | (7.410)         |
| <b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>                                         | <b>105.642</b>  | <b>(23.855)</b> | <b>81.787</b>   | <b>128.802</b>  | <b>(45.597)</b> | <b>83.204</b>   |
| Custo de construção                                                        | -               | -               | -               | (901)           | 901             | -               |
| Despesas de operação e manutenção - O&M                                    | (3.652)         | -               | (3.652)         | (9.867)         | -               | (9.867)         |
| Gastos operacionais                                                        | (16.884)        | -               | (16.884)        | (8.520)         | -               | (8.520)         |
| <b>Lucro bruto</b>                                                         | <b>85.106</b>   | <b>(23.855)</b> | <b>61.251</b>   | <b>109.514</b>  | <b>(44.696)</b> | <b>64.817</b>   |
| <b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>                                               |                 |                 |                 |                 |                 |                 |
| Pessoal                                                                    | (3.240)         | -               | (3.240)         | (2.493)         | -               | (2.493)         |
| Serviços de terceiros                                                      | (4.844)         | -               | (4.844)         | (5.040)         | -               | (5.040)         |
| Depreciação                                                                | -               | (33.909)        | (33.909)        | -               | (44.370)        | (44.370)        |
| Outros                                                                     | (340)           | (177)           | (517)           | (452)           | -               | (452)           |
| <b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>                      | <b>76.682</b>   | <b>(57.941)</b> | <b>18.741</b>   | <b>101.529</b>  | <b>(89.066)</b> | <b>12.462</b>   |
| <b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>                                                | <b>4.363</b>    | <b>-</b>        | <b>4.363</b>    | <b>3.845</b>    | <b>-</b>        | <b>3.845</b>    |
| <b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>                                                | <b>(46.911)</b> | <b>-</b>        | <b>(46.911)</b> | <b>(38.881)</b> | <b>-</b>        | <b>(38.881)</b> |
| <b>Despesas financeiras líquidas</b>                                       | <b>(42.548)</b> | <b>-</b>        | <b>(42.548)</b> | <b>(35.036)</b> | <b>-</b>        | <b>(35.036)</b> |
| <b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> | <b>34.134</b>   | <b>(57.941)</b> | <b>(23.807)</b> | <b>66.493</b>   | <b>(89.065)</b> | <b>(22.574)</b> |
| Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos               | 10.574          | 3.320           | 13.894          | (29.300)        | 20.513          | (8.787)         |
| <b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>                                          | <b>44.708</b>   | <b>(54.621)</b> | <b>(9.913)</b>  | <b>37.193</b>   | <b>(68.552)</b> | <b>(31.361)</b> |

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

## 22.1 Ativo de contrato

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos..

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

## 22.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos



decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

### **22.3 Receita e custo de construção**

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas/custos de construção decorrentes da aplicação do CPC 47.

### **22.4 Remuneração do ativo de contrato (resultado)**

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente à remuneração do ativo de contrato decorrentes da aplicação do CPC 47.

### **22.5 Impostos diferidos**

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

### **22.6 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório**

|                                                                             | <b>31/12/2019</b> | <b>31/12/2018</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Patrimônio líquido societário</b>                                        | <b>811.114</b>    | <b>847.024</b>    |
| <b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b> |                   |                   |
| Ativo de contrato                                                           | (1.306.484)       | (1.282.629)       |
| Impostos diferidos ativos                                                   | 87.575            | 71.783            |
| Imobilizado                                                                 | 1.066.654         | 1.100.727         |
| Intangível                                                                  | 20.567            | 20.581            |
| Impostos diferidos passivos                                                 | 32.146            | 44.617            |
| <b>Patrimônio líquido regulatório</b>                                       | <b>711.572</b>    | <b>802.103</b>    |

### **22.7 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório**

|                                                                             | <b>31/12/2019</b> | <b>31/12/2018</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Lucro líquido societário</b>                                             | <b>44.708</b>     | <b>37.193</b>     |
| <b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b> |                   |                   |
| Receita de operações com transmissão de energia                             | 23.589            | 29.986            |
| Receita de construção                                                       | (24)              | (863)             |
| Remuneração do ativo de contrato                                            | (96.625)          | (95.380)          |
| Receita de operação e manutenção                                            | 49.205            | 20.659            |
| Custo de construção                                                         | -                 | 901               |
| Depreciação                                                                 | (33.969)          | (44.370)          |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                            | 3.320             | 20.513            |
| Outros                                                                      | (117)             |                   |
| <b>Lucro líquido regulatório</b>                                            | <b>(9.913)</b>    | <b>(31.361)</b>   |

## 23 Transações com partes relacionadas

### a. Remuneração de Administradores

Até 31 de dezembro de 2019 o total destinado à remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$ 666 (R\$ 1.074 em 31 de dezembro de 2018).

### b. Dividendos

Em 26 de Junho de 2019 houve distribuição de dividendos no valor de R\$ 10.000, onde R\$ 5.100 foi para acionista State Grid Brazil Holding S.A.(51%) e R\$ 4.900 para Copel Geração e Transmissão.

### c. Operações Comerciais

| Partes relacionadas                    | Natureza contábil      | Natureza da operação | 31/12/2019   | 31/12/2018   |
|----------------------------------------|------------------------|----------------------|--------------|--------------|
| <b>Passivo</b>                         |                        |                      |              |              |
| Itumbiara Transmissora de Energia      | Fornecedores           | Custo de O&M         | 6.211        | 410          |
| Total                                  |                        |                      | <u>6.211</u> | <u>410</u>   |
| <b>Partes relacionadas</b>             |                        |                      |              |              |
| <b>Resultado (Despesas)</b>            |                        |                      |              |              |
| State Grid Brasil Holding - Aluguel    | Custos administrativos | Aluguel              | 313          | 307          |
| Itumbiara Transmissora de Energia S.A. | Custo operacional      | Custo de O&M         | 9.034        | 5.927        |
|                                        |                        |                      | <u>9.347</u> | <u>6.234</u> |

## 24 Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e as estratégias de controles e as ações para mitigação dos riscos apropriados e subsequentemente para monitorar esses riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle plano de gerenciamento de riscos, revisando sua e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito também com base também no nível e no contexto nas políticas dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

### a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e

equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes e ao Ativo de contrato, conforme apresentado a seguir:

|                               | 31/12/2019    | 31/12/2018     |
|-------------------------------|---------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 44.805        | 136.191        |
| Conta a receber               | 8.595         | 10.213         |
| Caixa restrito                | 18.212        | 15.684         |
|                               | <u>71.612</u> | <u>162.088</u> |

- **Caixa restrito:** Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia.
- **Contas a Receber** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Custo de Uso do Sistema de Transmissão “CUST”, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

#### b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de *commodities* e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

- **Risco de taxa de juros:** Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

| Instrumentos financeiros por indexador | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|----------------------------------------|------------|------------|
| Aplicações financeiras                 |            |            |
| CDB-DI                                 | 38.026     | 123.129    |

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

***Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras***

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

| Operação                                  | Exposição (R\$ mil) | Risco             | Cenário provável (*)    | Cenário A   | Cenário B   |
|-------------------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------------|-------------|-------------|
| <b>Ativos Financeiros</b>                 |                     |                   |                         |             |             |
| Aplicações financeiras                    | 38.026              | Queda da taxa CDI | 2.757                   | 2.068       | 1.378       |
| <b>Referência para ativos financeiros</b> |                     |                   | <b>Cenário provável</b> | <b>-25%</b> | <b>-50%</b> |
| -                                         |                     |                   | 7,25%                   | 5,44%       | 3,63%       |

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando CDI médio estimado de 7,25% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

| Operação                                     | Exposição (R\$ mil) | Risco             | Cenário provável (*)    | Cenário A  | Cenário B  |
|----------------------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------------|------------|------------|
| <b>Passivos Financeiros</b>                  |                     |                   |                         |            |            |
| BNDES                                        | 374.893             | Alta da taxa TJLP | 24.630                  | 30.788     | 36.946     |
| <b>Referência para passivos financeiros:</b> |                     |                   | <b>Cenário provável</b> | <b>25%</b> | <b>50%</b> |
| TJLP (%)                                     |                     |                   | 6,57%                   | 8,21%      | 9,86%      |

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando TJLP estimado de 6,57%, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação as Debêntures, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

| Operação                                    | Exposição (R\$ mil) | Risco             | Cenário provável (*)    | Cenário A  | Cenário B  |
|---------------------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------------|------------|------------|
| <b>Passivos Financeiros</b>                 |                     |                   |                         |            |            |
| BNDES                                       | 119.562             | Alta da taxa IPCA | 4.794                   | 5.990      | 7.197      |
| <b>Referência para passivos financeiros</b> |                     |                   | <b>Cenário provável</b> | <b>25%</b> | <b>50%</b> |
| IPCA (%)                                    |                     |                   | 4,01%                   | 5,01%      | 6,02%      |

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando IPCA estimado de 4,01%, de acordo com a expectativa do mercado.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

**c. Riscos operacionais**

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso,

estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de cobertura securitária aos potenciais sinistros.

### ***Categorias de instrumentos financeiros***

| <b>Ativos financeiros</b>     | <b>Categoria</b>                  |
|-------------------------------|-----------------------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | Valor justo por meio do resultado |
| Caixa restrito                | Valor justo por meio do resultado |
| Contas a Receber              | Valor justo por meio do resultado |
| <b>Passivos financeiros</b>   |                                   |
| Fornecedores                  | Outros passivos financeiros       |
| Empréstimos e financiamentos  | Outros passivos financeiros       |
| Debêntures                    | Outros passivos financeiros       |

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

### ***Classificações contábeis e valores justos***

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.
- **Caixa restrito** - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBÊNTURES
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- **Debêntures** - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures e são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

### ***Hierarquia do valor justo***

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

### ***Gerenciamento do capital***

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

## **25 Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Na data do fechamento do relatório, a cobertura de seguros era como abaixo:

| Tipo de seguro                                                     | Vigência   |            | Importância segurada | Apólice                  |
|--------------------------------------------------------------------|------------|------------|----------------------|--------------------------|
|                                                                    | Início     | Fim        |                      |                          |
| Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)        | 12/04/2019 | 12/04/2020 | R\$ 20.000           | 100.10.00000789          |
| Garantia de Performance /Fiel Cumprimento do contrato de Concessão | 30/04/2019 | 30/04/2020 | R\$ 47.000           | 024612015000107750008719 |
| Riscos Operacionais                                                | 27/12/2019 | 12/04/2020 | R\$ 82.532           | 046692018100101180000860 |
| Responsabilidade Civil                                             | 27/12/2019 | 27/12/2020 | R\$ 10.000           | 5100001025               |

## **26 Eventos Subsequentes**

### **a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida**

Em 31/12/2019 a Companhia não atendeu ao covenant financeiro que estabelece a manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,2, com base nas demonstrações financeiras societárias. O ICSD é calculado e validado em relatório de asseguarção específico disponibilizado aos financiadores, utilizando a fórmula  $ICSD = \text{Geração de Caixa} / \text{Serviço da Dívida}$ . A obrigação de complementação da conta reserva em virtude do descumprimento deste covenant passa a existir após o envio do relatório de asseguarção aos financiadores, ocorrido em maio de 2020 e notificação destes para que a Companhia o faça, o que na data de fechamento deste relatório não havia ocorrido, havendo todavia disponibilidade de caixa para o cumprimento do estabelecido em contrato. Dessa forma, a administração da Companhia espera solucionar tal assunto ainda no primeiro

semestre de 2020, não havendo impacto nos saldos contábeis em 31/12/2019.

## **b) Efeitos da pandemia do COVID-19**

### **i) Contexto Geral**

A rápida disseminação do vírus SARS-COV-2, comumente chamado de Coronavírus e da doença a ele correlacionada, a COVID-19, cujos primeiros diagnósticos ocorreram em dezembro de 2019, levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar, em 11 de março de 2020, a doença como uma pandemia global, conduzindo os governos de praticamente todos os países a implementarem medidas de afastamento social de suas populações para conter a velocidade de contágio. Tais medidas vêm causando uma recessão econômica em escala mundial, devido principalmente à disrupção das cadeias de suprimento e à interrupção de atividades em diversos setores da economia, consequentemente causando volatilidade nos preços de ativos, nas taxas de câmbio e nos juros.

Em resposta aos efeitos da desaceleração econômica, os diversos governos vêm anunciando pacotes de estímulos econômicos e alívio humanitário para minimizar o impacto inicial da COVID-19, buscando a superação da recessão econômica.

### **ii) Ações implementadas pelo Governo Brasileiro e pela ANEEL**

No Brasil, o Governo Federal tem centralizado as medidas de auxílio econômico e financeiro, por meio dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como das Agências Reguladoras, visando apoiar as empresas e demais setores da economia na mitigação dos efeitos e na superação de uma potencial crise econômica. Dentre os atos legislativos, cabe destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública permitindo ao governo a adoção de uma série de ações, bem como garantindo agilidade nos atos da administração pública.

A ANEEL tem evitado ações com alto impacto econômico ou que pressionem em demasia as tarifas pagas pelos consumidores finais de energia elétrica, pautando suas medidas pela necessidade de quantificação dos desequilíbrios financeiros e econômicos, na preservação dos contratos e na modicidade e estabilidade das tarifas no médio e longo prazo. Este viés da agência visa evitar a criação de um círculo vicioso de inadimplência e consequentemente um desequilíbrio dos contratos. A Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL traz a avaliação inicial dos efeitos da pandemia de COVID-19 no setor elétrico brasileiro, com apresentação de propostas a serem avaliadas, no curto e médio prazo, para seu enfrentamento.

Com base nas observações da Companhia, a ANEEL tem demonstrado maior preocupação com o segmento de distribuição, que deve ser atingido pela redução de demanda no segmento de consumo na medida em que estabelecimentos industriais e comerciais são fechados e por um possível aumento da inadimplência, tendo em vista que deixa de ser permitida a suspensão de fornecimento para consumidores inadimplentes. Ressalte-se que o segmento de distribuição é responsável pela maior parte da geração de receita do setor elétrico, sendo objeto da maior parte das alternativas de socorro e de mitigação dos efeitos da pandemia sobre o setor implementadas pela ANEEL.



Para o segmento de transmissão, dentre as medidas divulgadas na Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL, cabe destacar a utilização dos saldos remanescentes das apurações mensais de encargos de transmissão para aliviar os custos de transmissão do segmento de consumo, referentes aos meses de abril, maio e junho de 2020. A utilização desse saldo remanescente equivale à antecipação da Parcela de Ajuste (PA), que seria considerada a partir do Ciclo Tarifário 2020/2021, que se inicia em 1º de julho de 2020. Haja vista a existência de um superávit de arrecadação no Ciclo Tarifário 2019/2020, da ordem de R\$ 500 milhões, o saldo remanescente poderá ser utilizado para reduzir os encargos dos meses de abril, maio e junho de 2020, aliviando os custos de transmissão para o segmento de consumo e contribuindo para evitar inadimplências no segmento de transmissão.

Embora essa medida tenha impacto imediato no fluxo de caixa das transmissoras, não tem efeitos econômicos, uma vez que apenas antecipa a devolução das sobras financeiras que se daria ao longo do Ciclo Tarifário 2020/2021.

iii) Medidas adotadas pela Companhia

A Companhia tem sua atividade enquadrada no rol de atividades essenciais e, por isso, implementou uma série de medidas para manter a normalidade de suas operações, em linha com as recomendações dos órgãos governamentais e buscando preservar seus colaboradores, além de evitar a propagação da doença.

Considerando o cenário atípico atualmente vivenciado, com efeitos potencialmente imprevisíveis, não é possível precisar os impactos nas operações da Companhia. Da mesma forma, ainda não estão suficientemente claros os efeitos da pandemia na economia e, principalmente, por quanto tempo esses efeitos irão perdurar. Para pautar suas ações, a Companhia considerou alguns cenários de quebra de receita, analisando de forma conservadora os impactos vis a vis a necessidade de caixa mínimo. Visando o aumento da liquidez durante o período de incerteza, a Companhia adotou as seguintes ações:

- postergação do recolhimento, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020;
- postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020;
- redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020;
- analisa-se a prorrogação dos prazos para a entrega de obrigações acessórias, como DCTF e EFD, dentre outras, assim como das obrigações regulatórias.

iv) Impacto nas Demonstrações Financeiras

A Companhia entende que não existe risco relevante de inadimplência de seus clientes, devido ao faturamento ser pulverizado e haver garantia que cobre as obrigações e pode ser acionada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Na data de fechamento deste relatório a inadimplência havia variado muito pouco em relação aos períodos anteriores e se relaciona principalmente a clientes que discutem a exigibilidade de pagamento perante o ONS. Desta forma, não foi considerado nenhum valor para PCE ou a possibilidade de redução no valor recuperável

de ativos não financeiros (*impairment*), tendo em vista as medidas que estão sendo estudadas pela ANEEL e a grande quantidade de incertezas envolvendo a duração da crise.

Ressalta-se que, até o momento, não houve necessidade da Companhia realizar a revisão do seu planejamento estratégico, pois as projeções de caixa, mesmo podendo ser afetadas, conforme acima exposto, ainda comportam as despesas previstas. As rupturas das cadeiras de fornecimento não afetaram os negócios da Companhia uma vez que os contratos e ordens de compra estratégicos estavam fechados antes do início da pandemia e as atividades transcorrem normalmente.